

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 9463, de 2018, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973" (revoga dispositivo da Lei nº 3.890-A, de 1961 e da Lei nº 10.848, de 2004) – PL 9463/18.

REQUERIMENTO , de 2018

Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 9463, de 2018, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts 255 e 256, sejam convidados as seguintes autoridades e representantes dos trabalhadores para participar de audiência nesta comissão especial com o objetivo de discutir e entender o papel das empresas controladas da Eletrobrás e a proposta do PL em relação a Eletronuclear.

- **Leonam dos Santos Guimarães - Presidente da Eletronuclear,**
- **Almirante Carlos Henrique Silva Seixas – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A – Nuclep**
- **A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) do Estado do Rio de Janeiro**

JUSTIFICAÇÃO

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobrás - é uma empresa de economia mista e capital aberto, controlada pelo governo brasileiro e controla 14 subsidiárias, entre elas, Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, Eletronuclear; as empresas de distribuição dos estados do Amazonas, Roraima, Alagoas, Piauí, Rondônia e Acre. Possui um centro de pesquisas (Cepel) e detém 50% de Itaipu Binacional.

A capacidade geradora da Eletrobrás é de aproximadamente 1/3 de toda geração de energia do País. Possui cerca de 50% da rede básica de

transmissão e é responsável pela distribuição de energia elétrica em áreas estratégicas e que demandam políticas públicas, a exemplo da Amazônia e Nordeste. A empresa tem 17 mil funcionários e tem espalhadas pelo país 47 usinas hidrelétricas, 114 termelétricas, 69 usinas eólicas e uma usina solar. Além da parte brasileira de Itaipu e as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2.

A eletronuclear Foi criada em 1997 a partir da fusão da **Nuclen - Nuclebrás Engenharia S/A**^[2] com a Diretoria Nuclear de Furnas. É uma subsidiária da Eletrobras, sendo uma sociedade anônima de capital fechado. O capital social da Eletrobras Eletronuclear totalizava, em 31 de dezembro de 2008, R\$ 3,3 bilhões com cerca 78% de ações ordinárias e 22 % de ações preferenciais, sendo o acionista majoritário a Eletrobras, detentora de 99,81% do total das ações. Conta atualmente com cerca de 2.500 empregados. Tem por finalidade projetar, construir e operar usinas nucleares. Atualmente opera a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto localizada em Angra dos Reis, com capacidade total de 2007 MW. Dentre os projetos da empresa destaca-se a construção de Angra 3, que tem entrada em operação prevista para 2018, o que aumentará a capacidade instalada em 1405MW. Segundo o Plano Nacional de Energia 2030 elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética, a Eletrobras Eletronuclear deverá construir mais 4 usinas até o ano de 2030. Em 2008 a Eletrobras Eletronuclear alcançou o montante de 14.003.775 MWh de energia bruta gerada, o que a coloca como a maior geradora térmica do país.

Discutir os rumos da Eletronuclear no processo de privatização da Eletrobrás e de grande por importância principalmente para a soberania nacional do nosso País.

Sala das comissões, 19 de março de 2018

Patrus Ananias
Deputado Federal PT/MG

João Daniel
Deputado Federal PT/SE

Paulão
Deputado Federal PT/AL

Arlindo Chinaglia
Deputado Federal PT/SP